



Avanços e desafios da Associação Maria Fernandes do Assentamento Bom Jesus, em Igrapiúna – Bahia

Advances and challenges of the Maria Fernandes Association of the Bom Jesus Settlement, in Igrapiúna - Bahia

NASCIMENTO, Itamiles Santos ¹

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, itamilessantos@outlook.com

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Campesinato e Soberania Alimentar

Resumo: O presente estudo versa sobre o associativismo rural como elemento fundamental para a organização do campesinato. O estudo tem por objetivo compreender os avanços e desafios da Associação Maria Fernandes do Assentamento Bom Jesus no município de Igrapiúna – Bahia. A metodologia utilizada é de abordagem qualitativa, tendo a entrevista como instrumento metodológico e como sujeitos da pesquisa os/as assentados/as do Assentamento Bom Jesus, que compõe e/ou compuseram a diretoria da associação ao longo da sua história. Observou-se que a associação cumpre papel essencial para os avanços do assentamento e que já trouxe conquistas importantes para as famílias assentadas, com ênfase para a diversificação da produção e soberania alimentar. Concluiu-se que o associativismo rural colabora efetivamente para organização e desenvolvimento do campesinato, cumprindo um papel fundamental nas comunidades camponesas e assentamentos de reforma agrária.

Palavras-chave: associativismo rural; campesinato; soberania alimentar.

Introdução

Este estudo vislumbra evidenciar o associativismo rural como um elemento fundamental para a organização das famílias assentadas no Assentamento Bom Jesus, em Igrapiúna – BA. O associativismo é uma das formas de organização coletiva que está sendo propagada tanto no meio rural, a partir das comunidades camponesas, quanto no meio urbano, como uma ferramenta organizativa da classe trabalhadora de modo geral.

O Associativismo é uma forma de organização que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para seus associados por meio de ações coletivas. Um tipo de organização associativa é a associação, ela pode ser formada por um grupo de duas ou mais pessoas que se organizam para defender seus interesses comuns, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica. (FERREIRA, ZALUSKI, 2022, p. 07).

As associações são organizações regulamentadas pelo Código Civil Brasileiro a partir do artigo nº 58, que dispõe sobre a finalidade e obrigações das mesmas, bem como os direitos e deveres dos associados. Essas organizações têm o intuito de promover representação política, assistência social, cultural, educacional, defesa dos interesses comuns, entre outros, mas sem fins lucrativos. De acordo com Ferreira e Zaluski (2022) os princípios do associativismo são: (I) Adesão voluntária e



livre; (II) Gestão democrática; (III) Participação econômica; (IV) Autonomia de independência; (V) Educação, formação e informação; (VI) Interação; e (VI) Interesse pela comunidade.

O associativismo rural está presente em muitas comunidades camponesas do município de Igrapiúna, no Baixo Sul da Bahia. Segundo Sabourin (2009), a associação de produtores é o modelo de organização local que mais se desenvolveu nos últimos trinta anos. Em seus estudos sobre as principais formas clássicas de organização camponesa no Brasil, aponta que são três: os sindicatos, as cooperativas e as associações de produtores.

Essas organizações formais de direito associativo se fundamentam na adesão voluntária e foram essencialmente concebidas para garantir a defesa de interesses e o manejo de bens comuns. Assim, são muitas vezes associadas, bem como os sindicatos, a movimentos de resistência ou de organização camponesa. (SABOURIN, 2009, p. 90).

Logo, o ato de formalizar uma associação dentro de uma comunidade camponesa é uma expressão muito significativa de organização, resistência e poder institucional de caráter civil para colaborar na busca de benefícios comuns aos associados e às associadas. Portanto, observa-se a relevância dessa organização para direcionar as ações da comunidade, uma vez que possibilita pautar os interesses de forma coletiva.

Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo compreender os avanços e desafios da Associação Maria Fernandes do Assentamento Bom Jesus, Igrapiúna – Bahia, apontando como o associativismo rural pode contribuir para o desenvolvimento do campesinato de modo geral e do assentamento estudado, tendo em vista as limitações e desafios enfrentados pelas famílias assentadas. Dessa forma, o estudo se justifica pela importância de discutir o associativismo como forma de organização e cooperação no campesinato.

Metodologia

Este estudo tem abordagem qualitativa, tendo como sujeitos da pesquisa assentados/as do Assentamento Bom Jesus que compõem e/ou compuseram a diretoria da associação ao longo da sua história. Foram realizadas entrevistas com o assentado que foi primeiro presidente da associação, com o atual presidente, o tesoureiro e a assentada e dirigente da Brigada à qual o assentamento faz parte.

É importante salientar que a autora deste estudo é filha de assentada do assentamento, o que justifica o interesse pela pesquisa ao mesmo tempo que também corrobora o desenvolvimento da mesma.

Caracterização do local estudado

O estudo foi realizado no Assentamento Bom Jesus, que é um assentamento de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST,



localizado na zona rural do município de Igrapiúna, a 36 km da sede, no território de identidade Baixo Sul da Bahia – organizado pela Brigada Costa do Dendê, Regional Baixo Sul – instâncias organizativas do MST. O assentamento tem capacidade para assentar 21 (vinte e uma) famílias, e no momento conta com 19 (dezenove) famílias assentadas.

A área total do assentamento é de 356 hectares, sendo cerca de 70% reserva ambiental e 30% área de produção. Na antiga fazenda, a produção predominante era o monocultivo do cacau, somando, segundo a contagem pelas famílias, 30 mil pés de cacau. Atualmente o assentamento já tem diversidade de culturas, com destaque para o guaraná e seringueira, que são produzidas em maior escala.

A associação sem fins lucrativos é a principal forma organizativa do assentamento, além do movimento social MST, que o organiza de modo geral. Outras formas de cooperação são o trabalho coletivo e mutirões entre as famílias assentadas, existe também a troca de dias de trabalho, doação de produção, partilhas e solidariedade entre os assentados e em campanhas externas organizadas pelo MST e/ou outras organizações sociais.

Resultados e Discussão

A associação do assentamento foi fundada em 2006, registrada sob o nome *Associação do Assentamento Maria Fernandes*. Suas principais atividades são voltadas para a defesa dos direitos sociais. Um dos fundadores da associação conta que a mobilização para a criação da associação iniciou-se ainda em 2005.

A associação foi criada logo após a emissão de posse da terra, na época foi um pouco difícil pra gente por que naquela época não tinha transporte, teve vezes de ir pra cidade a pé para correr atrás da documentação da associação. A associação foi criada por que é o meio mais fácil de resolver os problemas jurídicos. Por exemplo, se nós não tivéssemos uma associação não teria muito sucesso, seria muito difícil recorrer ao INCRA e outros órgãos do governo, individualmente é tudo mais difícil. A associação é importante pra tudo. (ENTREVISTADO, “A”, 2023).

A diretoria da associação do assentamento é composta por presidente e vice; secretário e vice; tesoureiro e vice e conselho fiscal. Se junta à direção dos setores: produção, educação, saúde, juventude, meio ambiente, gênero e comunicação e a coordenação dos núcleos. A associação não cobra mensalidade em dinheiro, às famílias assentadas doam um dia de trabalho por semana na área da associação, que é chamado de coletivo, então a renda da associação é determinada pela produção da área destinada à mesma.

Os entrevistados ressaltam que as principais conquistas da associação ao longo dos seus 17 (dezessete) anos foram: (I) acesso ao fomento rural por duas vezes; (II) a compra do caminhão F 4000; (III) serviços da prefeitura; (IV) Crédito Habitação; (V) a escola; (VI) a compra de animais e máquinas (roçadeiras, motosserra); (VII)



programa Luz para Todos; (VIII) projetos/programas: Mais Cacao, SENAR, assistência técnica; (IX) diversificação da produção. Além de ações pontuais e importantes para a organicidade do assentamento, como melhorias no abastecimento de água, reforma da barcaça, construção da lixeira, entre outras.

É importante enfatizar a diversificação da produção, compreendendo-a como a base para a soberania alimentar das famílias assentadas. Nesse sentido, a associação tem pautado junto às famílias a necessidade da implementação dos quintais produtivos e criação de animais de pequeno porte para garantir a produção de autoconsumo. Observa-se que a maioria das famílias já tem avanços significativos nesse sentido, o que é fundamental para a soberania alimentar dos assentados e também se configura como complemento da renda familiar. A produção está alicerçada nos princípios da Agroecologia, que é compreendida como modo de vida e produção.

De acordo com os autores Stedile e Carvalho (2012) a utopia de uma soberania alimentar é fundamental para o fortalecimento de uma visão de mundo favorável a uma democratização econômica, social, étnica, e de gênero contra-hegemônica à visão neoliberal de democracia.

Nesse sentido, a busca por estratégias que fortaleçam e incentivem a produção de alimentos é prioridade na associação, tais como o incentivo às famílias a participarem da Rede de Agroecologia Povos da Mata (organização não governamental que auxilia no processo de certificação orgânica de seus membros e na comercialização de alimentos agroecológicos e produção orgânica das famílias e/ou agricultores); organização do assentamento para acesso a políticas públicas, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimento - PAA; o fortalecimento do apoio mútuo através de mutirões; formações com as famílias assentadas para melhoria das áreas produtivas com base nos princípios agroecológicos; e conscientização das famílias para a produção de alimentos saudáveis, uma vez que o uso de agrotóxicos é proibido nas áreas de Reforma Agrária do MST. Essas ações fortalecem as práticas e os saberes que circulam na comunidade, contribuindo assim para que a agroecologia seja a matriz que orienta os processos produtivos e organizativos do assentamento.

É possível constatar que as conquistas das famílias assentadas são frutos do trabalho coletivo regido pela associação, uma forma organizativa de cooperação agrícola que supera o individualismo, com intuito de alcançar o bem social comum. Segundo Christoffoli (2012) “O ser humano, na cooperação, como resultado do contato social, supera seus limites pessoais, e o trabalho social gerado é sempre maior que a soma de todos os trabalhos individuais.” (CHRISTOFFOLI, 2012, p. 158).

No que diz respeito à estrutura organizativa, a diretoria da associação segue a orientação de equidade de gênero do MST, sempre um homem e uma mulher e/ou vice e versa para cada cargo. O mandato da gestão eleita em assembleia dura dois



anos podendo ser reeleita. Ao longo dos seus 17 anos, a associação já foi presidida por uma mulher e no momento tem um jovem na presidência. Durante a entrevista o jovem presidente pontuou a dificuldade de convencer as pessoas e mobilizá-las para participação efetiva nas ações organizativas. Ele acredita que a dificuldade se dá pelo fato da associação ter um jovem como presidente.

As pessoas entrevistadas ressaltam que os desafios da associação estão relacionados à organização interna, a mobilização dos assentados (as), a regularização da documentação que já está em andamento, avançar na produção coletiva e nos lotes das famílias, escrever projeto para concorrer a editais, regularizar o documento do caminhão e fazer os reparos necessários para que ele possa ser utilizado.

Uma entrevistada pontua que, “regularizar a associação é fundamental para acessar os editais, concorrer a licitações e conquistar projetos... A associação serve para buscar junto aos órgãos públicos o acesso a políticas públicas para benefício das famílias e do assentamento” (ENTREVISTADA “B”, 2023).

As entrevistas confirmam que o associativismo contribui de forma significativa como forma organizativa e de cooperação no campo, destacando as várias conquistas e avanços através da associação e afirmando que a maioria dos desafios será resolvida a partir da regularização da documentação da associação, pois com acesso aos projetos sociais a organização interna e mobilização dos associados são potencializadas.

Conclusões

Observa-se, portanto, que o associativismo rural colabora efetivamente para a organização e desenvolvimento do campesinato, cumprindo um papel fundamental nas comunidades camponesas e assentamentos de reforma agrária.

O campesinato sustenta-se pela cooperação, solidariedade e trabalho coletivo, logo a associação é o caminho prático e eficiente para solucionar questões de cunho jurídico e acessar os benefícios sociais para melhoria da vida no campo e garantia da permanência e defesa do território. Além de apontar caminhos para a promoção e fortalecimento da soberania alimentar, através da produção de autoconsumo, escoamento da produção e aquisição de implementos necessários para a produção.

É notório como a associação direciona as ações do assentamento ao mesmo tempo que organiza e mobiliza os assentados (as), tendo por finalidade central a defesa dos direitos sociais.

Por fim, as entrevistas deixam evidente que a associação possibilita conquistas e avanços relevantes para as famílias assentadas, logo manter a documentação regularizada é essencial para superar as questões limitantes, avançar na



organização interna, acessar projetos e benefícios através das políticas públicas e assim continuar progredindo no campo e na área de reforma agrária.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de janeiro de 2002.

CHRISTOFFOLI, P. I. Cooperação Agrícola. **Dicionário da Educação do Campo**, 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERREIRA, G. M. V.; ZALUSKI, F. C. **Cooperativismo e associativismo.** Incubadora Social da UFSM, Santa Maria – RS, 2022.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Editora Garamond, 2009, 332 p.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. de. Soberania Alimentar. **Dicionário da Educação do Campo**, 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.